



DESTAQUE PROGRAMA DO PSD

# PSD promete limitar descontos obrigatórios para a Segurança Social

Programa de Governo dos social-democratas prevê também mudanças nas pensões sociais, atribuídas a cerca de 34 mil idosos, para distinguir os apoios.

Manuel Esteves  
manuel.esteves@economico.pt

O programa eleitoral apresentado ontem por Manuela Ferreira Leite prevê a limitação dos descontos obrigatórios para a Segurança Social destinados a financiar as pensões de reforma. Deste modo, o PSD promete recuperar o plafonamento das contribuições sociais que o anterior Governo, liderado por Santana Lopes, tencionava aprovar. A medida estava a ser preparada pelo então ministro das Finanças, António Bagão Félix, quando o Presidente da República, Jorge Sampaio, decidiu dissolver o Parlamento.

Muito sintético nesta matéria, o programa do PSD é, contudo, bastante claro ao propor "o progressivo plafonamento do valor das contribuições e das pensões mais elevadas, sempre com integral respeito pelo princípio da confiança". A ideia é que "a pensão de reforma dos portugueses passe a ser crescentemente encarada também como uma responsabilidade individual".

Sendo uma bandeira antiga do PSD (e do CDS), o fim da obrigatoriedade contributiva dos trabalhadores e empresas, relativamente aos salários mais elevados, acaba por chocar com as posições mais recentes dos social-democratas. É que, na edição de 27 de Junho do semanário Expresso, o gabinete de Manuela Ferreira defendia que "na Segurança Social foi feita uma reforma que pode durar 15 anos e que

**Manuela Ferreira Leite defende a entrega da gestão clínica dos novos hospitais ao sector privado.**

o PSD, sendo Governo, não alterará. Até por respeito pelo direito dos cidadãos à estabilidade" nesta matéria.

Ainda ao nível da Segurança Social, o PSD propõe uma "revisão das pensões de velhice do regime não contributivo [atribuídas a 34 mil idosos] apoiada numa visão completa do rendimento e património do agregado familiar dos idosos". O objectivo é conhecer todos os rendimentos (rendas, juros, lucros, etc.) dos idosos que actualmente recebem as pensões sociais (187 euros mensais), de modo a poder diferenciar as prestações e "aumentar o apoio aos mais carenciados".

Ainda ao nível da Segurança Social, Manuela Ferreira Leite defende a redução em dois pontos percentuais da taxa social única das empresas, actualmente em 23,75%, até 2011.

**Actualização das rendas antigas**  
O modelo de descongelamento das rendas antigas adoptado pelo Governo - e que até agora abrangiu menos de dois mil inquilinos - tem sido um dos principais alvos das críticas do PSD, que promete rever o actual regime de arrendamento urbano. Sem entrar em detalhes, o programa defende uma actualização de rendas que permita a "reabilitação do património habitacional" e que "o mercado de arrendamento volte a funcionar como alternativa à aquisição de habitação".

Recorde-se que o anterior Governo de Santana Lopes chegou a

aprovar uma lei que, na prática, liberalizava as rendas anteriores a 1990, abrindo a porta à denúncia dos contratos por parte dos senhorios (salvo idosos).

**Ruptura na educação e saúde, convergência na Função Pública**

O programa do maior partido da oposição não é feito apenas de medidas de ruptura com as reformas prosseguidas pelo actual Governo. Tanto ao nível da gestão da administração central, como da local, é possível encontrar convergências entre as propostas dos dois partidos. Porém, o mesmo já não acontece na educação, com o PSD a refutar as reformas mais contestadas pelos professores - o Estatuto da Carreira Docente e o modelo de avaliação.

Também na Saúde, as divergências são evidentes: o PSD propõe o fim das polémicas taxas moderadoras progressivas para cirurgias e internamentos e a retoma das parcerias público-privadas na Saúde para a gestão clínica dos hospitais, a primeira medida que a ministra da Saúde Ana Jorge tomou quando entrou em funções.

Finalmente, confirmam-se as já anunciadas mexidas no fisco (redução do IRC pago pelas PME; extinção do Pagamento Especial por Conta, alteração ao regime de reembolso do IVA e revisão da tributação do património) e as propostas de suspensão e reavaliação dos grandes investimentos públicos (TGV, estradas e aeroporto). ■  
**com C.O.S., P.R., L.S., T.C., A.A.F**



1 Manuela Ferreira Leite chegou acompanhada de Paulo Mota Pinto, o vice-presidente que coordenou a elaboração do programa e a quem agradeceu pessoalmente.

2 Rui Rio, candidato à Câmara do Porto, e Montalvão Machado, cabeça-de-lista por Vila Real.

3 Fernando Ruas, presidente e candidato à Câmara Municipal de Viseu.

4 Pacheco Pereira e João de Deus Pinheiro foram dois dos cabeças-de-lista para as legislativas presentes no evento.

➔ **Veja, na íntegra, o programa eleitoral do PSD em [www.economico.pt](http://www.economico.pt)**

REAÇÕES AO PROGRAMA DO PSD



**Augusto Santos Silva**  
Ministro dos Assuntos Parlamentares

"Esta não é a altura para o protesto. Agora é hora de escolher entre alternativas e propostas - e propostas é aquilo que falta ao programa do PSD."



**Marinho Pinto**  
Bastónario da Ordem dos Advogados

"Estou de acordo com as alterações propostas sobre a avaliação dos juízes e interferência da mesma na remuneração."



**Jerónimo de Sousa**  
Secretário-geral do PCP

"Onde é que há diferenças face à política económica, à política europeia, a manterem ou não intocáveis os lucros escandalosos dos grandes grupos económicos?"



**Francisco Louçã**  
Líder do Bloco de Esquerda

"Defendemos a convergência das pensões com o salário mínimo, mas Ferreira Leite não quer ouvir falar nisso e Sócrates recusa-se a fazer essa convergência."



PONTOS-CHAVE

**A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite apresentou ontem o seu programa eleitoral. Uma das medidas mais emblemáticas propostas é o plafonamento da Segurança social.**

**Conheça as várias medidas que constam do programa. Pagar aos juízes de acordo com o seu desempenho e recuperar as PPP para a gestão clínica dos hospitais são alguns exemplos.**

**Compara as propostas dos vários partidos políticos nas diversas áreas: Saúde, Justiça, Economia, Educação. E saiba como vão ser feitos os debates televisivos.**

Fotos: João Paulo Dias



# A promessa de Ferreira Leite: "Cumprir tudo"

**A líder do PSD apresentou ontem um programa eleitoral "curto e sintético".**

**Márcia Galvão**  
marcia.galvao@economico.pt

Sem gritos de apoio ou discursos inflamados, ao seu melhor estilo, Manuela Ferreira Leite tentou convencer, em 20 minutos, os portugueses a votar nela em vez de Sócrates. Na mão trazia um discurso "curto e sintético", como o programa eleitoral de 40 páginas que estava ali para apresentar e a que deu o nome de "Compromisso da Verdade". Falou sozinha, sem direito a perguntas, perante os aplausos de uma plateia serena, onde se destacaram os vários cabeças-de-lista às legislativas, como Pacheco Pereira ou João de Deus Pinheiro.

Com três palavras - "ambição, confiança e esperança" - marcou a distância para o PS de Sócrates e, ironizando com o programa socialista, garantiu que o seu não foi feito "por conjunto de sábios que escreveram dezenas de programas e fizeram copy/paste dos anteriores". Ao contrário, "o texto resulta do trabalho de longos meses do Instituto Sá Carneiro, do Gabinete de Estudos e dos Fóruns Portugal de Verdade", lembrou Ferreira Leite, pessoalizando os seus agradecimentos para Paulo Mota Pinto, o seu vice-presidente

que executou de "forma dedicada e inteligente" as "inúmeras e brilhantes contribuições".

As prioridades são: economia, questões sociais e de solidariedade e saúde, justiça, educação e segurança. E são elas que irão "mobilizar os esforços de um Governo PSD". Cinco áreas em que Ferreira Leite deixa, finalmente, uma promessa ou "o ponto de honra", como lhe chamou ontem: "Tudo será cumprido". Isto porque, garante, "todos critérios definidos, soluções e medidas são susceptíveis de ser executados".

Procurando sempre marcar o que acredita serem as grandes diferenças que a separam de José Sócrates, Ferreira Leite deixou um recado a todos os eleitores que olharem para o programa do PSD: "Quem procurar soluções mágicas, medidas bandeiras ou slogans de belo efeito vai procurar em vão. Porque este programa vive da coerência interna e não do panfleterismo fácil". E se, no final, alguém tiver dúvidas da seriedade com que se apresenta nas eleições, a líder do PSD convida todos a verificarem "página a página, parágrafo a parágrafo, linha a linha" todo o "cumprimento e execução" das promessas deixadas, já que tudo é de "fácil controlo externo".

Com o PSD no poder, Ferreira Leite garante que haverá "um Portugal com futuro e progresso". ■

## TRÊS PERGUNTAS A...



**SOFIA GALVÃO**

Vice-Presidente do PSD

### "Bons juízes não têm que temer salário variável"

A advogada da direcção de Ferreira Leite garante que não há razão para temer a remuneração dos magistrados com base nos processos despachados. **Os juízes já reagiram contra a proposta do PSD de introduzir uma remuneração variável...** É uma medida para premiar o mérito e um princípio geral da Administração Pública que não

vemos razão para que não se estenda à magistratura. Não acredito que a medida deva criar receios. Há sempre medo da mudança e de experimentar, mas os bons juízes não têm nada a temer com este tipo de solução.

### Propõem a alteração da lei das rendas. Em que moldes?

No âmbito judicial há que tornar as coisas mais céleres no processo de despejo. Quanto ao arrendamento, não é possível ter um mercado sadio e cidades consolidadas, sem ter mercado de arrendamento vivo. É fundamental devolver confiança ao mercado e captar investimento para o arrendamento. É preciso para isso mexer nos arrendamentos antigos.

### Isso não coloca em causa os direitos dos inquilinos?

Há pessoas que, de facto, não têm condições para suportar aumento de renda. Aí o Estado tem que intervir e ajudar. Outras situações, são pessoas que beneficiam de rendas antigas à custa dos senhorios, prejudicando as cidades. Aí é preciso intervir com coragem. ■



## DESTAQUE PROGRAMA DO PSD

# PSD compromete-se a reduzir a despesa pública e extinguir o PEC

Apoios às PME e recusa das grandes obras públicas marcam programa eleitoral. Despesas sociais mantêm-se.

Pedro Romano  
pedro.romano@economico.pt

Se o PSD for Governo, o Estado português terá de reduzir a despesa pública de forma faseada ao longo da legislatura. No programa de Governo apresentado ontem por Manuela Ferreira Leite, os social-democratas comprometem-se a emagrecer um Estado "demasiado pesado" e lançam algumas medidas para apoiar as PME, como por exemplo a extinção do Pagamento Especial por Conta.

A promessa, que o Diário Económico já tinha noticiado na edição de ontem, passa pelo compromisso de preparar um "programa plurianual de redução da despesa pública no PIB, com metas quantificadas e fixas por cada ano", lê-se no programa. Isto num ano em que, pela primeira vez na história, o peso do Estado na economia atingiu os 50% do PIB.

O PSD, contudo, não é claro na identificação das gorduras que está disposto a queimar. A diminuição dos gastos, diz o documento, será feita através da redução gradual da despesa corrente primária, "com melhoria da eficiência e do funcionamento da Administração Pública", e através da "selectividade e exigência dos novos investimentos públicos" - rubricas demasiado vagas para permitirem antever onde tenciona o PSD fazer os cortes.

Por agora, os social-democratas garantem apenas que "a identificação das despesas susceptíveis de serem reduzidas" vai depender "de uma análise das contas públicas no momento da preparação pormenorizada desse plano".

## Investimento público acentua diferenças

É na questão do investimento público que o PSD é mais assertivo. Se o líder socialista, José Sócrates, tem enfatizado as grandes obras como forma de apressar a saída da crise e dar um impulso ao crescimento económico, já o programa do PSD tem uma visão diferente e aposta em investimentos de proximidade, como requalificação urbana e preservação do património cultural.

Os processos de adjudicação do TGV, por exemplo, são para suspender já. Tal como as subconcessões de auto-estradas contratadas, serão reanalisadas e poderão mesmo não avançar. Por sua vez, o novo aeroporto poderá ser construído por módulos, à medida que ganhe força a necessidade de substituir a Portela.

## PROPOSTAS

- Aumentar a participação das PME nos concursos públicos.
- Alterar regime de pagamento e de reembolsos do IVA.
- Extinguir o Pagamento Especial por Conta.
- Aumentar o período de concessão do subsídio de desemprego.
- Reduzir taxa social única até 2011.
- Mudar regras dos certificados de aforro para fomentar a poupança.

## PME apoiadas

A aposta nas PME é o terceiro vector do programa social democrata. Para além da extinção do Pagamento Especial por Conta, o PSD propõe a criação de créditos fiscais para empresas que queiram aumentar a sua eficiência energética. Estas são algumas das medidas que visam aumentar a competitividade e reduzir a carga fiscal, num momento em que as empresas ainda vivem as dificuldades criadas pela crise económica.

Mas há mais. No programa, o PSD promete garantir o pagamento às empresas das dívidas do Estado, numa medida que incorpora ainda a criação de uma conta corrente entre os dois. Fala-se ainda em "introduzir um mecanismo que garanta no futuro o pagamento atempado pelo Estado". A líder do PSD avançou ainda que a Caixa Geral de Depósitos deverá receber orientações para "reforçar a sua actuação no financiamento das PME exportadoras".

As empresas, aliás, fazem parte da estratégia do PSD para manter o emprego. A variável usada é a taxa social única (TSU), que é reduzida em dois pontos percentuais até 2011 e encolhe 35 a 70% no caso de novas contratações a termo e sem termo.

Outras medidas fiscais relevantes, apresentadas no programa, são a possibilidade de amortização do 'goodwill' (montante pago acima do valor do mercado) para efeitos de IRC na aquisição de empresas em actividade, e uma taxa de IRC reduzida para 10% para investimentos no interior - os benefícios fiscais à interioridade é um dos pontos que também tem constado nos Orçamentos de Estado desta legislatura - e para PME com empresários com menos de 35 anos.

A nível social, o PSD apresenta também algumas propostas, considerando mesmo os actuais apoios do PS "claramente insuficientes", o que dificultará a desejada redução da despesa. Aqui, o destaque vai para a proposta de prolongar o período de concessão do subsídio de desemprego.

Para além disto, o PSD também quer criar um novo programa especial de estágios profissionais para desempregados, em cooperação com as associações empresariais. Com a taxa de desemprego nos 9,3%, o social-democratas consideram mesmo que este é "o problema número um do país" e não avançam com cortes nas medidas sociais. ■



## Economia

### Crescer através de exportações e investimento privado

Um modelo de crescimento baseado em investimento privado, nacional e estrangeiro, é o caminho traçado pelo PSD para a economia portuguesa. O partido pretende também mais incentivos à contratação, para combater o desemprego. E reafirma a intenção de suspender o TGV.

## OS COMENTÁRIOS DE...



ANTÓNIO MENDONÇA

Economista e professor do ISEG

### "Empresas não contratam só pelos incentivos"

#### Que análise faz do programa económico do PSD?

Numa primeira leitura, 90% do que lá está é razoável. Estou de acordo em apostar na produção de bens transaccionáveis. Mas é uma análise desenquadrada da conjuntura global, um programa de gestão corrente e não de combate às nossas debilidades estruturais.

#### Os incentivos à contracção propostos são suficientes?

Julgo que não. Uma empresa não vai contratar só pelos incentivos, sem haver dinamismo e crescimento económico. Isso é que gera emprego. **Concorda com a suspensão de investimentos como o TGV?** É apenas uma proposta eleitoral. Qualquer que seja o governo, não pode deixar o país de fora da renovação da rede de transportes. Não podemos voltar a deixar Portugal marginalizado. **L.R.P.**



## Educação

### Devolver a autoridade e o rigor às escolas

O combate ao facilitismo é a ideia chave do programa para a Educação. O PSD quer suspender e substituir o actual modelo de avaliação de professores e revogar as normas do Estatuto do Aluno que "possibilitam faltas quase permanentemente justificadas".

## OS COMENTÁRIOS DE...



ROBERTO CARNEIRO

Ex-ministro da Educação do PSD

### "A avaliação dos professores é indispensável"

#### O fim do actual modelo de avaliação de docentes deve ser uma prioridade?

A avaliação dos professores é algo de absolutamente indispensável. O modelo actual tem os seus problemas mas tem também potencialidades. Não é preciso deitar o bebé fora com a água do banho.

#### Considera que o Estatuto do Aluno deve ser alterado no sentido de permitir reprovar mais facilmente os alunos faltosos?

Eu considero que não é o chumbo que resolve o problema, mas o acompanhamento do aluno. **E concorda com a necessidade de combater o facilitismo na escola?**

Concordo que é preciso recuperar a exigência e o rigor, o que passa também por reforçar a autoridade da escola. **A.D.**



**Justiça**

**Combater a lentidão dos tribunais é a prioridade**

Acelerar o andamento dos processos em tribunal através do aumento da eficácia do sistema dos processos judiciais é o vector-chave desta área. As medidas são ambiciosas, e já estão a levantar contestação dentro do sector, por se pretender implementar uma avaliação entre os juizes.

**OS COMENTÁRIOS DE...**



**ROGÉRIO ALVES**

Jurista e antigo bastonário da Ordem dos Advogados

**"A avaliação dos juizes é atraente, mas impraticável"**

**Concorda com uma avaliação ao desempenho dos juizes?**  
A medida é atraente e aliciante, mas parece-me muito próxima do impraticável. Porque é difícil encontrar um critério justo e há o risco de implementar quantidade de medidas sem qualidade.  
**Criar tribunais de comércio arbitrais pode, efectivamente, estimular o investimento?**  
Este tipo de tribunais são úteis e capazes de gerar o desembaraço de litígios relativos. É, sem dúvida, uma medida positiva.  
**Os processos passarem a conter prazo indicativo de duração é viável?**  
Não entendo a utilidade, seria um compromisso sem consequências, o que se afigura inócua e desnecessário. Admito que uma concretização da proposta adiante a sua mais-valia. T.C.

**Impostos**

**Redução da TSU, extinção do PEC e revisão do regime de IVA**

A redução na Taxa Social Única, suportada pelos empregadores, até 2011; extinção do PEC e alteração do regime de pagamento e reembolso do IVA são as principais medidas fiscais do PSD. As propostas abrangem ainda a revisão do IMI e IMT e a limitação dos benefícios fiscais.

**OS COMENTÁRIOS DE...**



**TIAGO CAIADO GUERREIRO**

Fiscalista sócio da Franco Caiado Guerreiro & Associados

**"Há medidas fiscais inteligentes e eleitoralistas"**

**Qual é a medida fiscal com mais impacto para a economia?**  
Há medidas inteligentes como a amortização do 'goodwill' para efeitos de IRC, na aquisição de empresas em actividade. Aumenta a internacionalização e a competitividade. A redução da TSU fomenta o emprego, mas não deveria ser temporal.  
**E em especial para as PME?**  
A extinção do PEC, que não tem justificação técnica, face aos prejuizos de grande parte das empresas. Também a revisão do regime de IVA é lógico e justo.  
**Como vê a taxa de IRC de 10%?**  
É eleitoralista. Não se fomenta a interioridade, porque os seus custos são superiores às poupanças desta medida. Devia ser alargada ao País ou a um certo sector de actividade. L.S.

**Solidariedade**

**Apoiar famílias e quebrar ciclos de pobreza**

Fomentar o voluntariado, quebrar ciclos de pobreza e melhorar a eficácia e mais fiscalização do Rendimento Social de Inserção são alguns dos compromissos do PSD. As famílias estão no centro das políticas, com atenção especial às numerosas, que terão incentivos particulares.

**OS COMENTÁRIOS DE...**



**PADRE LINO MAIA**

Presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS)

**"Fundo pode alargar o âmbito de acção das instituições"**

**O programa do PSD enfatiza a importância da família. Como vê esta iniciativa?**  
Com muito apreço. É importante apostar em políticas de apoio, nomeadamente às famílias numerosas, que é também uma forma de promover a natalidade.  
**Concorda com a criação de um Fundo de Emergência Social, para apoiar instituições de solidariedade?**  
Tudo o que seja criar apoios às instituições que estão em dificuldades para continuar a prestar apoios é de louvar.  
**E pode ajudar a alargar o âmbito de intervenção?**  
Sim, vejo neste Fundo também essa vertente. Por exemplo, apoiando famílias com dois desempregados, endividadas, ou fornecendo refeições a pessoas que não são utentes. C.O.S.

**Defesa e Segurança**

**Distinguir os militares dos outros funcionários públicos**

Plano de segurança interna para quatro anos. Aposta no policiamento de proximidade e revisão do regime de penas. Relativamente aos ex-combatentes, reconhecer o seu papel e fazer a trasladação dos seus corpos. Distinguir carreira militar das restantes da função pública.

**OS COMENTÁRIOS DE...**



**GEN. LOUREIRO DOS SANTOS**

Especialista em Segurança e Defesa Nacional

**"As intenções são positivas quanto às carreiras militares"**

**Na área da Segurança, o PSD propõe a criação de grupos altamente especializados que trabalhem em colaboração com o Ministério Público. É uma estratégia acertada?**  
Não se entende bem em que consiste. Termina a capacidade da PSP e GNR no domínio criminal, ficando apenas com "grupos altamente especializados" para colaborarem com a Polícia Judiciária?  
**Na área da Defesa, quais as medidas mais significativas?**  
As intenções são positivas quanto à especificidade das carreiras militares, aos ex-combatentes e à preparação das FA para as missões da UE. Conviria indicar medidas concretas que as materializem. É positivo o "aprofundamento", se significar reforço da nossa contribuição para missões internacionais. A.A.F.

**Saúde**

**Recurso ao mercado para reduzir listas de espera**

O PSD não quer taxas moderadoras mais altas - e quer acabar com algumas existentes. Para reduzir as listas de espera, propõe o recurso ao mercado com incentivos aos hospitais e realização de concursos. Quer voltar a dar aos privados a gestão clínica dos hospitais públicos.

**OS COMENTÁRIOS DE...**



**PEDRO PITA BARROS**

Especialista em Saúde e Professor da Universidade Nova de Lisboa

**"Taxas são apenas sinal de que o serviço tem custos"**

**É a favor de taxas progressivas e estas devem servir para financiar o SNS?**  
Não. As taxas moderadoras têm como papel disciplinar a procura de serviços excessiva quando estes são prestados de forma gratuita. Nas cirurgias e internamentos dificilmente se pode argumentar que o doente tem capacidade de escolha para utilizar mais ou menos os serviços. As taxas moderadoras em cirurgias e internamento servem só como sinal de que o serviço tem custos.  
**Recorrer ao mercado é benéfico ou pode resultar num aumento da despesa?**  
Desde que não introduza incentivos perversos no sistema. O bom desenho dos incentivos e dos concursos será crucial para o sucesso ou insucesso da medida. A.A.F.



DESTAQUE PROGRAMA DO PSD

# As propostas eleitorais dos partidos

O investimento público é a área que gera mais divisões. O CDS ainda não apresentou propostas.

Márcia Gaião

marcia.gaião@economico.pt

Os grandes investimentos públicos, o peso do Estado na economia ou as questões sociais e de direitos civis são áreas em que PS e PSD mostram bem aos portugueses porque razão se sentam em lados opostos nas bancadas do Parlamento.

O PSD quer pequenas obras, que beneficiem sobretudo as Pequenas e Médias Empresas, enquanto que o PS considera ser por via dos grandes investimentos como o TGV que será possível tirar Portugal da crise em que está mergulhado.

Contra o Estado Social que Sócrates tem aclamado desde o primeiro dia em que veio para a

rua em pré-campanha, Ferreira Leite propõe que se emagreça a máquina pública e se retire o Estado das funções em que não é essencial, colocando-o ainda a gastar melhor e sem "desperdício". Uma maior força das empresas permitirá melhorar as políticas de emprego, acreditam os social-democratas.

Na Educação, Ferreira Leite

rasga com as opções socialistas, desde o Estatuto do Aluno, ao regime da carreira docente, passando por alterações na avaliação dos professores.

A direita, o CDS ainda não mostrou as suas armas, mas à esquerda já se percebeu que os entendimentos também serão difíceis. Nas políticas de emprego, PCP e BE querem alargar os

critérios de acesso ao subsídio de desemprego e rever por completo o Código de Trabalho actual, uma das bandeiras do PS de Sócrates. Já Manuela Ferreira Leite avança com a possibilidade excepcional de prolongar o período de atribuição do subsídio de desemprego, mas sugere promover também um programa de estágios profissionais. ■

Descubra as semelhanças

É muito mais o que separa do que o que une os programas dos vários partidos.



**Manuela Ferreira Leite**  
Presidente do PSD

**José Sócrates**  
Secretário-geral do PS

**Francisco Louçã**  
Secretário-geral do BE

**Jerónimo de Sousa**  
Secretário-geral do PCP

INVESTIMENTO PÚBLICO

- Suspensão imediata do TGV para reanalisar o projecto
- Reanalisar o calendário e os custos de construção do novo aeroporto de Lisboa, que poderá ser construído por módulos;
- Nas estradas, analisar as subconcessões das auto-estradas já contratadas ponderar as que ainda não foram adjudicadas, podendo mesmo anulá-las.

- Construção da linha de TGV, entre Porto-Vigo e Lisboa-Madrid até 2013 e Lisboa-Porto até 2015
- Modernização de escolas, rede de cuidados primários de saúde, hospitais, equipamentos sociais;
- Energia e banda larga de nova geração.

- Reabilitação urbana, casas desocupadas e degradadas são prioridade;
- Investimento que garanta efeitos a curto prazo;
- Rejeita prioridade do PS para os transportes.

- Grandes infra-estruturas com a garantia da natureza pública e produção nacional;
- Construção do novo aeroporto, num modelo de financiamento, construção e gestão público;

**Rejeita prioridade do PS nos transportes pois os efeitos demoram muito a sentir-se.**

POLÍTICAS DE EMPREGO

- Criação de um programa especial de estágios profissionais para promover a transição entre a escola ou a universidade e o primeiro emprego;
- Redução da taxa social única, e apoios a novas contratações por parte das empresas através da redução da taxa social única entre 35 a 70% e de uma majoração de 50% para efeitos de cálculo do IRC.

- Cinco mil estágios na Administração Pública e mil jovens em formação no sector do turismo.
- Alargamento da formação em parceria com empresas;
- Programas de estágios ou empregos de transição para desempregados não subsidiados;
- Promover o micro-crédito.

- Apoios fiscais e subsídios à criação de emprego nos distritos mais atingidos;
- Revisão do Código de trabalho;
- Recusa da deslocalização de empresas com lucro;
- Proibição de despedimentos colectivos em empresas com resultados positivos.

- Criação de postos de trabalho com investimento público e privado nos sectores produtivos;
- Combater deslocalizações;
- Revisão do Código de Trabalho;
- Combater os despedimentos com legislação laboral dissuasora.

**Criação de postos de trabalho com investimento público e privado.**

BANCA

- Promover a estabilidade e solidez do sistema financeiro.
- Reforma da regulação e da supervisão do sector financeiro e garantir a eficácia da supervisão do Banco de Portugal.
- Acompanhar a situação financeira dos bancos, como o seu 'rating'.

- Melhores práticas internacionais de regulação e supervisão financeira;
- Reformar o modelo de supervisão e os poderes do Banco de Portugal;
- Introduzir supervisão macroprudencial e alargar o mandato do Conselho Nacional de Estabilidade Financeira.

- Sujeição da banca a uma política pública de crédito;
- Fim dos empréstimos bancários com juros abusivos;
- Levantamento do segredo bancário para verificação das declarações de contribuintes e combate à evasão fiscal e crime económico.

- Nacionalização da banca e dos seguros;
- Total derrogação do sigilo bancário para efeitos fiscais;
- Sector da banca comercial nacionalizada, para influenciar e regular o sistema financeiro, apoiar o investimento produtivo e criador de emprego.

**Sujeição da banca a uma política pública de crédito.**

APOIOS SOCIAIS

- Criação de um Fundo de Emergência Social, para reforçar o trabalho das instituições de solidariedade
- Nova política de habitação social que promova uma efectiva desconcentração da pobreza
- Discriminação positiva das famílias com menores rendimentos.
- Avaliação das consequências do regime do divórcio.
- Promover Reforma parcial.
- Integração de imigrantes

- Combate ao trabalho não-declarado e à sua acumulação indevida com subsídios de desemprego;
- Novo apoio social às famílias, para assegurar a frequência dos filhos no ensino secundário;
- Reforçar o apoio social a cidadãos com deficiência e incapacidades.

**Combate ao trabalho não-declarado e à sua acumulação indevida com subsídios.**

- Apoios fiscais e subsídios à criação de emprego nos distritos com mais desemprego;
- Alteração do subsídio de desemprego, reduzindo prazos de garantia e aumentando o período de concessão e o valor;
- Revisão do montante do subsídio de doença.

- Alargar os critérios de acesso ao subsídio de desemprego;
- Prolongar subsídios de desemprego e social de desemprego, para todo o período de recessão;
- Universalizar abono de família pré-natal e família aos jovens até aos 18 anos e melhoria de valores.

**Universalizar abono de família pré-natal e família aos jovens até aos 18 anos.**

EDUCAÇÃO

- Alterar o Estatuto do Aluno, valorizando a assiduidade, disciplina e civismo.
- Reforçar a autoridade dos professores, centrando a sua actividade no trabalho pedagógico e aliviando a carga fiscal;
- Suspender o actual regime de avaliação de professores;
- Revisão do Estatuto da Carreira Docente;

**Suspender o regime de avaliação dos professores e alterar o estatuto do aluno.**

- Universalizar educação entre os cinco e os 18 anos;
- Alargar qualificação de jovens e adultos;
- Autonomia das escolas;
- Valorizar a avaliação de desempenho, mérito e maior responsabilidade aos docentes mais qualificados;
- Apoiar educação para a saúde sexual e reprodutiva.

- Educação sexual nas escolas;
- Fim da fractura entre professores de primeira e de segunda, sublinhada com ataques lesivos da escola pública sem critérios de qualidade;
- Bater-se contra todos os pontos lesivos do Estatuto da Carreira Docente.

**Bater-se contra todos os pontos lesivos do Estatuto da Carreira Docente.**

- Revogação do Estatuto da Carreira Docente e da estrutura da carreira docente, sem divisão em categorias e revendo as regras de progressão;
- Fim da prova de acesso à profissão docente;
- Substituição do modelo de avaliação de desempenho;
- Educação Sexual.



A mesma hora que Manuela Ferreira Leite apresentava o programa eleitoral do PSD, Sócrates reunia com os cabeças de lista às legislativas no Largo do Rato.

## PS recua e aceita debates televisivos

**Eleitores vão poder assistir a dez debates bilaterais. Ainda falta definir as regras.**

**Catarina Duarte**  
catarina.duarte@economico.pt

José Sócrates não tem medo dos debates televisivos. Depois da polémica que ocupou todo o dia de ontem, ao final da tarde houve fumo branco no Largo do Rato. Reunido com os cabeças de lista às legislativas, o primeiro-ministro recuou e decidiu aceitar debates bilaterais com os dirigentes dos principais partidos.

José Sócrates tinha recusado inicialmente as propostas dos três canais de televisão. Mas à saída da reunião foi o ministro do Trabalho e Segurança Social, Vieira da Silva, que anunciou a decisão: "O secretário-geral do PS não tem qualquer espécie de receio dos debates e tem interesse no maior esclarecimento e mobilização do eleitorado".

Quanto a um possível debate com todos os candidatos, Santos Silva diz não haver necessidade, uma vez que serão feitos debates bilaterais com cada um dos dirigentes dos partidos. Vieira da Silva acrescentou ainda que é preciso definir rapidamente os moldes

**"O secretário-geral do PS não tem qualquer espécie de receio dos debates e tem interesse no maior esclarecimento e mobilização do eleitorado", disse Vieira da Silva.**

dos debates para que estes se façam com regras claras e bem definidas.

Entretanto os directores das RTP, SIC e TVI vão sortear hoje os dez frente-a-frente entre todos os dirigentes. "Todos os partidos mostraram disponibilidade para fazer dez frente-a-frente com todos os dirigentes, a partir de um lugar neutro", disse à Lusa do director da RTP, ou seja, fora dos estúdios de qualquer uma das estações, avançou José Alberto de Carvalho.

A divisão dos dez debates, do qual o último deverá ser entre os líderes dos principais partidos - José Sócrates e Manuela Ferreira Leite - será sorteada sexta-feira entre as televisões, referiu o director de Informação, lembrando que duas das estações irão transmitir três frente-a-frente e uma transmitirá quatro. "Isto será um pouco complicado porque falta apenas um mês para as eleições, por isso os debates deverão acontecer à razão de um por dia", concluiu.

**PS diz que programa do PSD é decepcionante**

À mesma hora que Manuela Ferreira Leite apresentava o programa eleitoral do PSD, Sócrates

reunia com os cabeças de lista às legislativas no Largo do Rato. Mas no final da reunião, o primeiro-ministro escusou-se a prestar declarações. Foi o ministro Santos Silva que comentou o programa dos social-democratas.

O ministro dos Assuntos Parlamentares considerou a apresentação de Ferreira Leite decepcionante e negativa: "Foi uma repetição do mesmo tom de dizer mal dos outros sem apresentar propostas próprias", acrescentando que "os verbos que o PSD sabe declinar são romper, rasgar ou adiar", sem dar alternativas.

Para Santos Silva o programa apresentado por Ferreira Leite é ainda "avesso à modernização e sem dimensão social", que pretende apenas "federar descontentamentos sectoriais", referindo-se em particular ao caso dos professores. "Uma tentativa vã", e que não vai roubar votos ao PS, acrescentou Santos Silva.

"Não basta dizer que vão suspender a avaliação de professores, mas sim dizer qual é o modelo alternativo". Para o dirigente socialista a líder do PSD "tem um preconceito contra o Estado social e os serviços públicos" e os eleitores devem ficar, portanto, "de sobreaviso". ■

### OS DEBATES

● José Sócrates vai enfrentar Manuela Ferreira Leite, Francisco Louçã, Jerónimo de Sousa e Paulo Portas.

● Os dez frente-a-frente serão distribuídos pela SIC, TVI e RTP após sorteio.

● Vieira da Silva quer debates com claros, definidos e com regras próprias.

● O primeiro debate poderá acontecer já no dia 2 de Setembro.



# Ferreira Leite abre Segurança Social aos privados



Ferreira Leite apresentou ontem o programa do PSD. Um dos elementos diferenciadores é o plafonamento dos descontos para a Segurança Social, abrindo assim a porta aos privados. — P 4 A 9

Especialistas analisam as propostas do PSD



Veja a comparação entre as propostas eleitorais dos vários partidos presentes no Parlamento. O investimento público é a área que gera mais divisões. O CDS é o único que ainda não apresentou as suas apostas.



O programa do PSD promete reduzir a despesa pública “com metas quantificadas”, mas não é claro em relação ao que está disposto a cortar. O compromisso de Ferreira Leite é emagrecer um Estado “demasiado pesado”.